

EUA aceitam pedido de consulta do Brasil na OMC

Ao considerar a solicitação, os norte-americanos indicam que estão dispostos a negociar com o Brasil sobre o tema

/ COMÉRCIO EXTERIOR

O governo Donald Trump aceitou o pedido de consultas feito pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra um tarifaço de até 37,5% imposto com base em investigações comerciais do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR).

Ao concordar com as consultas, os Estados Unidos sinalizam que estão dispostos a realizar reuniões com o Brasil sobre o tema. Ainda não há data de quando elas poderão ocorrer.

Apesar de abrir a janela para conversas, há baixas expectativas de que elas deem resultados concretos, seja pela paralisação da OMC ou pela crise na relação bilateral.

O fato de as autoridades americanas terem respondido de forma afirmativa, no entanto, é visto como algo positivo — uma vez que elas poderiam ter simplesmente ignorado a consulta brasileira.

A gestão Lula protocolou a ação na OMC no dia 27 de julho. O principal argumento é que o tarifaço desrespeita normas da entidade e anula princípios que devem ser aplicados a todos os países, segundo as regras internacionais do comércio.

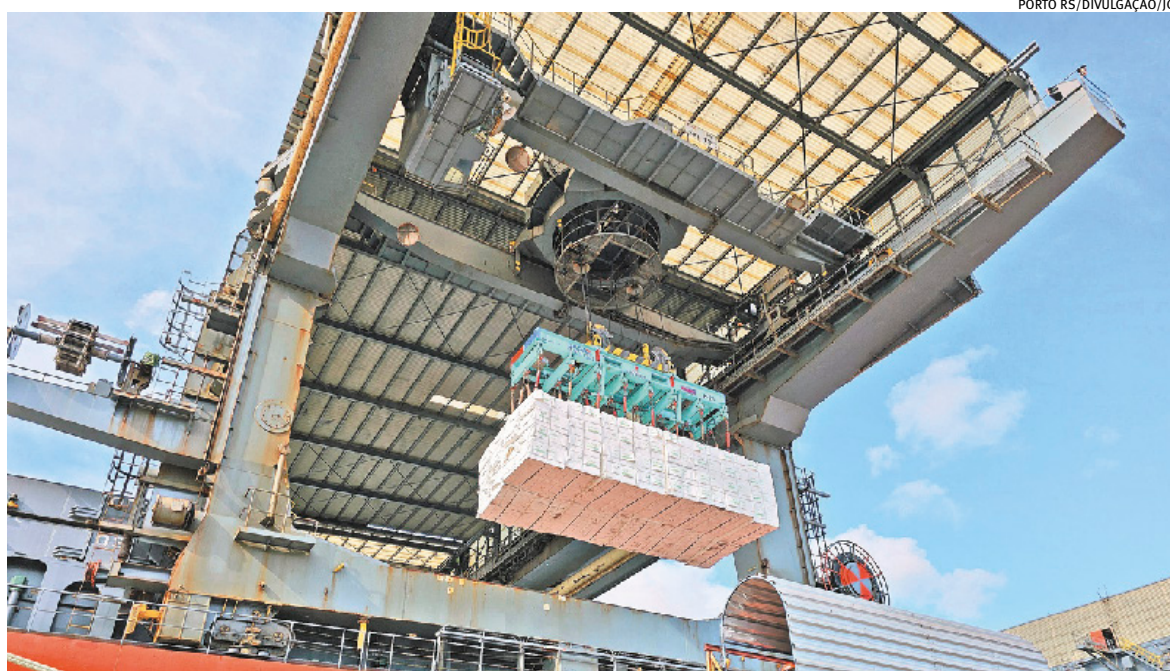
O Brasil contesta tanto uma

sobretaxa de 25%, aplicada com base em uma investigação por práticas consideradas desleais no comércio com os EUA, como uma tarifa de 12,5%, aplicada com base em apuração sobre supostas falhas no combate à importação de produtos feitos com trabalho forçado. A administração petista contesta as conclusões americanas.

O pedido de consultas é a primeira etapa do processo na OMC. No Palácio do Planalto, recorrer à organização é visto como um gesto simbólico importante para marcar posição do Brasil em defesa do sistema multilateral de solução de disputas comerciais.

Por meio das consultas na OMC, quem reclama solicita a outro informações sobre as práticas alegadamente irregulares e requer modificações nas medidas. Se as consultas não resolverem a disputa em 60 dias após o recebimento do pedido, o demandante pode pedir a instauração de uma segunda etapa: um painel.

Os painéis são formados por três membros, escolhidos em comum acordo pelas partes. Os dois países apresentam petições escritas e participam de audiências. O painel emite um relatório sobre as medidas em contestação e sua compatibilidade com acordos da OMC.



PORTO RS/DIVULGAÇÃO/JC

Ação na OMC envolve o tarifaço de até 37,5% imposto com base em investigações comerciais do USTR

O prazo teórico para a apresentação desse relatório é de até seis meses, prorrogáveis por mais três. Na prática, a fase de painel tem durado cerca de 12 meses — a não ser em casos de maior complexidade, que podem se arrastar por até cinco anos.

O país derrotado no relatório do painel pode entrar com recurso, dando início a uma terceira e última etapa: uma contestação no Órgão de Apelação. O colegiado pode manter, modificar ou reverter as conclusões de um painel e a decisão é de

implementação obrigatória pelos países-membros, devido a compromissos assumidos com a OMC por meio de suas respectivas legislações.

O problema é que essa última instância está paralisada desde 2019 graças aos EUA. Trump anunciou em agosto de 2017, durante seu primeiro mandato, que não fecharia acordo para preencher as vagas do colegiado.

Com isso, até hoje diversas decisões de painéis na OMC foram apeladas “no vácuo”. Isso significa que a instituição não

pode tomar decisões finais caso um país conteste resultados de instâncias anteriores.

No ano passado, o Brasil protocolou na OMC uma primeira ação contra os EUA por causa do tarifaço de 40% aplicado sob a justificativa de que o ex-presidente Jair Bolsonaro estava submetido a uma “caça às bruxas”.

Essas tarifas foram declaradas ilegais pela Suprema Corte americana. Na ocasião, as delegações brasileira e americana na OMC chegaram a realizar reuniões sobre o tema.

Com acordo Mercosul-UE, exportações à UE crescem 4%

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse ontem que há no mundo “um protecionismo escondido” por parte de alguns países com base em questões sanitárias. Alckmin não mencionou nenhum País, mas o Brasil enfrenta problemas com a União Europeia quanto à exportação de carne.

O bloco europeu suspendeu a autorização de importação de carnes bovina e de frango do Brasil a partir de 3 de setembro. O motivo dado pelos europeus é a falta de comprovação de novas normas sobre o controle de antimicrobianos na pecuária brasileira.

“A questão da vigilância sanitária é fundamental. Depois de 18 anos, foram revitalizados quase mil colaboradores para sermos rigorosos com a vigilância sanitária. O Brasil é hoje um país exportador de carne sem vacinação contra febre aftosa, não pre-

cisa mais de vacinação. Influenza aviária também estamos livres, tivemos um caso controlado em 28 dias. E temos que avançar mais, porque há hoje um protecionismo escondido, sobre a questão sanitária”, afirmou o vice-presidente na abertura do 25º Congresso Brasileiro do Agronegócio, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Apesar disso, Alckmin destacou o crescimento das exportações do Brasil para a União Europeia nos últimos dois meses, após o início da vigência provisória do acordo comercial entre o bloco europeu e o Mercosul. Ressaltou o crescimento de quase 4% das exportações e disse que esse tipo de acordo “tem nos ajudado mesmo com as questões americanas para bater recorde de exportação”.

O vice-presidente voltou a dizer que o Brasil terá “todo o empenho pela negociação” com os

Estados Unidos e que “não vamos sair da mesa de negociação”.

“Todo o empenho pela negociação. Não vamos sair da mesa de negociação. Vamos insistir e mostrar a injustiça”, afirmou. “Não tem o menor sentido isso. Vamos trabalhar firmemente para corrigir essa distorção e voltar ao mercado americano. Hoje, afeta 15% das nossas exportações, está muito afetada a indústria.”

Ontem, o País ganhou um aliado no embate com os americanos. A China requisitou formalmente para participar das consultas na OMC contra o tarifaço de até 37,5% imposto pelo governo Donald Trump ao Brasil com base em investigações comerciais do USTR.

A delegação chinesa protocolou um documento na OMC no qual diz que tem “interesse comercial substancial nessas consultas”.

Balança comercial tem superávit de US\$ 2,522 bi na 1ª semana de agosto

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 2,522 bilhões na primeira semana de agosto. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 9,302 bilhões e importações de US\$ 6,708 bilhões.

Até a primeira semana de agosto, comparado ao mesmo período do mês de 2025, as exportações cresceram 32,2%. O desempenho dos setores foi o seguinte: crescimento de 22,4% em Agropecuária, que somou US\$ 1,941 bilhão; crescimento de 53,3% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 2,618 bilhões; e, por fim, crescimento de 27% em Indústria de Transformação,

que alcançou US\$ 4,715 bilhões.

Em relação às importações, houve alta de 20,7% na mesma comparação. Houve queda de 2% em Agropecuária, que somou US\$ 106 milhões; queda de 19,2% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 337 milhões; e, por fim, crescimento de 24,8% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 6,317 bilhões.

De janeiro até a primeira semana de agosto, o resultado da balança no ano acumulou superávit de US\$ 51,561 bilhões, um crescimento de 32,2% em relação ao mesmo período de 2025, quando o superávit no período somava US\$ 43,158 bilhões.

A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial seja de US\$ 90 bilhões neste ano, crescimento de 32,3% em relação a 2025.